

O MODERNO DESCOBRIDOR DA AMAZÔNIA: ECOS DO NACIONALISMO VARGUISTA NOS JORNAIS REGIONAIS (1930-1945)

Luís Francisco MUNARO¹

Universidade Federal de Roraima, UFRR, Boa Vista-RR

Resumo

Este artigo parte do questionamento sobre como a Amazônia buscou se filiar à nação brasileira durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Ele focaliza, a partir dos jornais, o nacionalismo, a ideologia trabalhista, a valorização da região, a formação de uma burocracia centralizada, dentre outros elementos. O estudo é exploratório e bibliográfico pela sua metodologia. Sua estrutura é dividida em três momentos: um primeiro para identificar o conceito de nação e como seu embrião se desenvolveu na Amazônia; um segundo para a percepção de como a percepção da nação sofreu mutações durante os anos do primeiro Governo de Getúlio Vargas; e um terceiro para a identificação mais precisa dos elementos componentes de nação apresentados pela imprensa regional.

Palavras-chave: História da imprensa; Nação; Trabalhismo; Amazônia; Getúlio Vargas.

INTRODUÇÃO

Este artigo gira em torno da questão, que fundamenta um estudo mais amplo, relativo a “como a Amazônia buscou ingressar no processo de construção da nação brasileira”. A exploração aqui contida lança hipóteses de estudo e tenta fornecer algum estofamento teórico para a percepção mais ampla de como se construiu uma ideia de Amazônia nos intensos anos de estatização promovida por Getúlio Vargas. Não se trata de um estudo científico dotado de rigoroso procedimento de análise e recorte de objeto preciso, e sim antes de um ensaio que busca dialogar com várias linguagens que percorreram o ambiente amazônico e ajudaram a alimentar narrativas sobre a Amazônia, restando assim inconcluso.

A historiografia brasileira já abordou a questão da construção da Amazônia a partir de variados estudos com enfoques que percorrem desde a Geografia, as Letras e a Antropologia. Em geral, sugerem que, pelo menos até os discursos liberais que predominaram na imprensa durante a Primeira República e foram persistentes na década de 1920, a região apareceu como uma paisagem natural externa à civilização, majoritariamente composta de “sertões bárbaros”, apenas passíveis de serem fecundados pelo intelecto europeu. Os trabalhos de Euclides da Cunha ([1909]1975) e Alberto Rangel ([1908]2008) demarcaram um ponto importante dessa jornada de

¹ Docente do Curso de Comunicação Social - Jornalismo na UFRR. Graduado em Jornalismo e em História pela UNICENTRO, mestre em Jornalismo pela UFSC, doutor em História pela UFF, pós-doutorando em História pela UFAM. E-mail: luismunaro@ufrr.br

significação e são muitas vezes tomados como ilustrativos da situação amazônica. Eles se escoram em teorias racistas e cientificistas que serviram de alicerce para o positivismo brasileiro no século XIX mas, ao mesmo tempo, buscam situar o habitante regional, o caboclo, no seio deste mundo perdido ou então considerado simplesmente vazio. Nos seus relatos, o homem é apresentado como em posição de perpétuo conflito com a natureza, já que a pressão do mundo natural anularia a energia humana e, por consequência, também a cultura. Dessa forma, tratar-se-ia de uma região aculturada, um amontoado de paisagens naturais “à margem da história”.

A *intelligentsia* nacional que orbitou em torno dos projetos de nação de Getúlio Vargas, no bojo de uma série de iniciativas estatizantes que tinham o intento de fortalecer a economia diante da crise do capitalismo internacional, passou a buscar mais ativamente elementos populares capazes de identificar o brasileiro. Planejava-se reconduzir, assim, o homem e a mulher comuns para o seio da brasilidade, processo que já vinha sendo propugnado na década de 1920, a década do modernismo brasileiro. Ao mesmo tempo em que Vargas procurou de todas as formas exercer controle sobre as atividades de impressão e apresentar-se constantemente como um símbolo fundamental da soberania nacional, os trabalhadores, em sua fisionomia regional, começaram a encarnar de forma mais empírica o orgulho nacional.

Este texto, ao contrário de outros trabalhos que enfocam a percepção nacional sobre a Amazônia, busca ingressar no filão de estudos, ainda em gestação, sobre como a Amazônia percebeu e buscou se filiar ao Brasil durante a proposta de construção de alcance nacional na Era Vargas, almejando, portanto, uma perspectiva *endógena*. Tal estudo envolve identificar o nacionalismo projetado, a ideologia trabalhista, a valorização da região, a formação de uma burocracia centralizada e de interventorias estaduais, a construção de lideranças populares aproximadas do movimento sindical e com ampla expressão regional.

O estudo é exploratório e bibliográfico pela sua metodologia. Sua estrutura é dividida em três momentos: um primeiro (1) para identificar um conceito de nação e como seu embrião se desenvolveu na Amazônia; um segundo (2) para a percepção da fisionomia da imprensa amazônica nos anos do primeiro Governo de Getúlio Vargas; e um terceiro (3) para a identificação dos elementos componentes de nação apresentados pela imprensa regional.

NAÇÃO E NARRATIVA

A atividade impressa está atravessada, desde o seu nascedouro, pela busca de uma linguagem capaz de gerar comunidades de intercâmbio vastas o bastante para

serem exploradas pelo mercado editorial em expansão. Ela se encontra fundamentalmente vinculada, portanto, às línguas nacionais. Estudos variados como os de Benedict Anderson (1994), Reinhardt Koselleck (1999) e Jurgen Habermas (2000) auxiliaram na demonstração da relação umbilical entre o crescimento do mercado editorial e o fortalecimento das comunidades nacionais. A dilatação da comunidade política caminha *pari passu* com este processo, na medida em que torna possível um processo de identificação política capaz de extravasar os limites das pequenas comunidades vinculadas por tradições orais. Como sugere Benedict Anderson (1989), as leituras de panfletos e jornais alimentaram um sentimento uniforme de pertença política entre indivíduos distantes uns dos outros, tornando-se assim fundamentais para o início da era da nação. Nação, nesse sentido, está profundamente ligada ao surgimento de literaturas, narrativas e, paralelamente, à capacidade de leitura das elites intelectuais e políticas.

O mesmo Benedict Anderson lembra que nos limites imaginados do Estado-nacional cada um dos leitores, com o jornal em mãos, está convicto de que outros leitores no mesmo espaço, ainda que distantes uns dos outros, operam leituras semelhantes. Esta cerimônia silenciosa, que se desenrola na intimidade, reforça os laços de pertencimento à nação ao criar campos de intercâmbio unificados (ANDERSON, 1989, p. 44). Complementarmente à ideia de Anderson, ao comentar as narrativas nacionais, Stuart Hall sugere que os jornais as impregnam e “fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2005, p 52). *Comunidade imaginada* diz respeito, portanto, à partilha destes símbolos por indivíduos anônimos, aos laços de pertencimento ao espaço nacional, à capacidade de manusear narrativas e perceber-se como vinculado a outros indivíduos por meio de identidade política. Para Francisco González, a composição das narrativas nacionais é atravessada por símbolos, fatos, panoramas e argumentos que legitimam um presente e fornecem impulso coletivo para o futuro. Segundo o autor,

A rememoração dos momentos fundacionais, os pactos, os documentos e os sacrifícios que forjaram a soberania ocupam local privilegiado em tais histórias. Nelas é recolhida a legitimidade de origem e o propósito histórico do rumo da nação. O papel da *intelligentsia* em todo este processo é decisivo, porém não podemos ver tão só no nacionalismo os interesses específicos de uma classe beneficiada pela institucionalização das culturas nacionais (GONZÁLEZ, 2013, pp. 108-9).

Este processo de homogeneização e busca por narrativas fundacionais possui um alcance ambíguo no Brasil de forma geral, e na Amazônia de forma particular, dadas as limitações das práticas de letramento e de funcionamento do mercado editorial. Contudo, ainda assim as elites interioranas tiveram nos jornais um espaço de prática fundamental para aperfeiçoar e fortalecer o seu sentimento de participação política, construindo os mitos, histórias e símbolos que consolidaram a identidade nacional. No caso da Amazônia, o seu ingresso na era moderna se deu por via de elites situadas em Belém que se colocaram diante da importante discussão sobre a filiação nacional. O tensionamento entre o regional e o nacional apareceu de forma bastante nítida nas primeiras expressões jornalísticas (COELHO, 1993). Para estas, a baliza temporal considerada inicial está nas atividades políticas de Felipe Patroni que iniciou, em 1822, depois de sair de Portugal, o jornal constitucional *O Paraense*. O jornal ambicionava ampliar o sentido político de um lugar então em gestação, situado no limiar de um antigo e outrora poderoso reino, Portugal, e um novo e incerto império, o independente Brasil. O esforço imaginativo de Felipe Patroni dizia respeito à filiação do Grão-Pará numa identidade nacional. Não se podia, no momento, prever qual o melhor projeto de nação, se Portugal ou Brasil. Daí a relutância das elites regionais das quais Patroni era porta-voz. Da mesma forma, o patriarca da imprensa brasileira, Hipólito da Costa, só passou a perceber mais explicitamente a possibilidade de uma nação independente a partir do momento em que as Cortes de Lisboa, em 1821, apresentaram um direcionamento considerado pelo jornalista como “recolonizatório”. As pressões sobre Felipe Patroni, mas sobretudo sobre o seu sucessor, João Batista Campos, fizeram o jornal *O Paraense* vincular a Amazônia ao Brasil ao invés de Portugal, dando início assim à tentativa de acoplar a região na nação brasileira. De todo modo, é perceptível como a modernidade amazônica se apresenta quando estas elites políticas situadas em Belém passaram a imaginar qual a sua postura diante de discursos nacionais em conflito no contexto da independência brasileira em 1822. Elas precisavam configurar uma narrativa que justificasse a opção, ao mesmo tempo em que adotaram ideias relativas a um corpo político moderno e à organização racional do Estado em torno do príncipe D. Pedro I.

A Revolta da Cabanagem, entre 1835 e 1840, foi outro evento que contribuiu enormemente para a reflexão da região em seu tensionamento com o nacional, dada a incerteza existente com relação ao potencial de unificação de D. Pedro II. A Revolta impulsionou, entre as elites, um discurso que marginalizava o caboclo, ou o bárbaro invasor da cidade, como se depreende da produção jornalística belenense no período (SEIXAS, 2011). A Amazônia urbana, em sua fase embrionária, não podia ser

contagiada pela barbárie que vinha da floresta. Mas é somente durante o avanço econômico propiciado pela exploração da borracha e a incorporação do caboclo nas atividades extrativas ao longo do século XIX que surgem parcelas urbanas diversificadas o bastante para operar o consumo mais sistemático de jornais, o que caracterizou o surgimento de uma imprensa voltada para temáticas urbanas em detrimento dos grandes temas políticos que caracterizaram o jornalismo no Brasil até pelo menos 1860 (RIBEIRO, 2004). Também durante este processo se situa a interiorização da cultura impressa na Amazônia e a problematização da região por elites políticas identificadas com temáticas regionais – o jornal “5 de setembro” em 1851, posteriormente “Estrela do Amazonas”, se tornou a espécie de pedra basilar desta interiorização, seu nome se referindo à data em que o Amazonas se tornou uma província e Manaus uma capital.

Esta última se converteu, a partir de então, no mais importante hub da extensa região, permitindo aos vapores (a navegação internacional foi autorizada pelo governo imperial em 1866) singrarem os rios Negro, Madeira, Purus e Juruá, às margens dos quais se estabeleceram diversas cidades. O panorama que se seguiu ao aumento do valor comercial da borracha foi caracterizado pelo esplendor urbano, sobretudo nos centros de Manaus e Belém, mas também em cidades que permitiram uma integração significativa da região, como Rio Branco, Itacoatiara, Porto Velho e Santarém. Obras de Ana Maria Daou (2004, 2014), Elizabete Sarges (2002) e Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015) documentam a existência de uma *belle époque* amazônica, na qual os ambientes urbanos renovados sob o signo da modernização passaram a exigir códigos de comportamento e postura mais simpáticos aos estrangeiros que transitavam na região em busca de negociações comerciais. As elites urbanas cosmopolitas alimentaram uma cultura de jornais que permite mesmo pensar uma esfera pública na Amazônia, no interior da qual se tornou possível refletir de maneira mais ampla o espaço amazônico e uma identidade política e histórica a partir do denominador Amazônia. A partir destas elites interiorizadas se criaram padrões de reflexividade que permitiram ao amazônico perceber-se como componente de uma região que era, ao mesmo tempo, parte estratégica e fundamental do Brasil, portanto, elemento intrínseco da narrativa nacional brasileira.

A NAÇÃO DE VARGAS NA IMPRENSA AMAZÔNICA

No espaço nacional, um componente intelectual importante para a compreensão da gestação da ideia de Amazônia foi o movimento modernista na década de 1920. Ele tinha como aspecto central a busca pela brasilidade e a recuperação dos elementos

étnicos e culturais componentes da nação, em detrimento do cosmopolitismo que se apresentava – caso bem típico da imprensa amazônica na Primeira República – como prestador de culto das virtudes civilizacionais europeias. A viagem de Mario de Andrade em 1927, extensiva à Amazônia, culminou com a publicação de *Turista Aprendiz*, obra tornada sinônimo da preocupação literária do modernismo com a construção de uma identidade nacional. Como será visto adiante, estas preocupações trazem embutida a mudança na fisionomia da imprensa com a busca ativa pela valorização dos elementos populares por meio da ideologia do trabalhismo.

A questão de como a ideologia varguista altera e é incorporada pelos jornais amazônicos, ajudando a formar uma imagem de Amazônia no bojo do corpo nacional brasileiro da década de 1930, é o alvo desta seção do artigo. Ainda que a imprensa amazônica naquilo que se poderia chamar de sua “gestação” tenha conhecido uma série de obras importantes, não foram produzidos estudos sistemáticos sobre a produção periódica ou jornalística durante os intensos anos do primeiro governo de Getúlio Vargas. Nestes anos, a produção acadêmica costuma se concentrar nas obras literárias e científicas, sobretudo em torno dos nomes de Arthur César Reis, Araújo Lima e Djalma Batista, considerados uma expressão mais completa do imaginário amazônico que buscava se conectar ao projeto de nação de Getúlio Vargas. Conforme a autoridade central passou a demonstrar intencionalidade explícita de povoar os vazios demográficos e construir uma ideia de nação uniforme e extensiva a todo o território nacional, os jornais regionais se atrelaram a esta tentativa e, das mais variadas formas, ecoaram o ideal nacionalista da década de 1930.

A construção de uma cultura intelectual capaz de corporificar a ideia de ordem e trabalho foi ativa durante os anos do primeiro governo de Getúlio Vargas. Subjacente a isso, também se buscou arquitetar, de cima para baixo, uma ideologia capaz de envolver as camadas populares que passou a ser conhecida como trabalhismo. Trata-se de movimento fundacional do nacionalismo brasileiro. Este movimento envolveu um gasto de energia ativo da autoridade central no convencimento das camadas populares, podendo-se mesmo dizer, como sugere Monica Velloso, que houve uma “inserção dos intelectuais no aparelho do Estado” e mesmo a construção de um “projeto político-pedagógico que visava ‘educar’ a coletividade segundo a ideologia do regime dirigido por Getúlio Vargas” (VELLOSO, 1997, p. 57). Como argumenta a autora, a intelectualidade dos anos 1930 e 40 abraçou a ideia de servir de voz para os destituídos ao mesmo tempo em que guia para a sua incorporação na nação (Ibid). A palavra de ordem era a construção de uma imagem unitária de nação e de participação da população nas narrativas nacionais. Popularizava-se assim a ideia do

intelectual pedagogo, líder do trabalhador incapacitado de falar por si mesmo. Por seu turno, a sociedade civil passou a ser identificada como um corpo fragmentado, disforme, que precisava se tornar coeso por meio da atividade intelectual, cultural, artística ou mesmo sindical. Sobretudo a partir do Estado Novo (1937-1945), como lembra Monica Velloso (1997, p.52), passou a ser elaborada “efetivamente a montagem de uma propaganda sistemática do governo, destinada a difundir e popularizar a ideologia do regime junto às diferentes camadas sociais”. Evidentemente, esta máquina de propaganda, bem como a adesão dos intelectuais, encontrou amplo espaço nas atividades jornalísticas, inclusive aquelas que se difundiram na Amazônia.

O que particulariza esse ideário nacionalista é a formulação de uma mitologia na qual, ao mesmo tempo em que o Estado (e sua encarnação máxima, Getúlio) cumpre o papel de guia soberano do destino nacional, a cultura popular é restituída à sua positividade e o elemento popular passa a ser enxergado como o principal componente do receituário brasileiro. Trata-se de uma composição da identidade nacional por uma via autoritária, mas com a qual a população não deixa, de uma forma ou de outra, de negociar. Ao invés do brasileiro – aqui em particular o amazônico –, assim, ser uma “raça degenerada”, nas ideias que permearam o imaginário nacional até os anos 1920, como se depreende das leituras típicas de Alberto Rangel e Euclides da Cunha, agora a saúde pública, o descaso, a falta de instrução popular seriam os principais responsáveis pela defasagem cultural. O problema se transfere das características intrínsecas da “raça” para a ausência de Estado.

No bojo das preocupações nacionalistas, nosso enfoque está mais voltado para aquilo que Magali Franco Bueno (2002) denominou “discurso endógeno sobre a Amazônia”, quer dizer, “elaborado por protagonistas que viveram na região”. Nada mais apropriado, nesse sentido, do que perceber o contato orgânico da intelectualidade com a sociedade que começa a se montar na época, tendo como exemplares os discursos de políticos que são ao mesmo tempo lideranças populares e se manifestaram ativamente em jornais, como Álvaro Maia e Luís Tirelli. Os jornais não apenas foram o veículo de expressão das elites como, ao mesmo tempo, caso emblemático do *Tribuna Popular* (1933), repercutiram ativamente o interesse de setores mais amplos da população.

Algumas pistas importantes para a compreensão da intelectualidade jornalística que ganha espaço na Amazônia entre 1930-45 foram fornecidas pelo trabalho de Odenei Ribeiro (2012), ainda que mais preocupado com a produção científica e literária. Ao se deter na obra de Leandro Tocantins, Artur César Reis, Araújo Lima e Djalma Batista, Ribeiro percebeu preocupação com a compreensão dos processos sociais

de mudança que levaram ao declínio da economia regional e a identificação da marginalidade amazônica no contexto da construção da nação. Ao mesmo tempo, estaria entranhada no trabalho destes intelectuais mencionados por Ribeiro a necessidade de elaborar estratégias para colocar a região na agenda política do Brasil. Os médicos e botânicos que circularam na região amazônica, desta vez jovens bacharéis formados no Brasil, conseguiram se conectar de forma mais próxima ao sentimento nacional que, quase em uníssono, buscava investigar as razões do atraso econômico. Esse deslocamento da natureza para a cultura é ilustrado pelo médico Araújo Lima, posteriormente intendente municipal em Manaus, quando em 1931 sugeria que:

Resta o labéu sobre o amazonense, o caboclo... Perdura o erro antropológico, sociológico e histórico. A inaptidão aos hábitos de progresso e civilização, que lhe atribuem, continua arrolada entre as fatalidades étnicas que envilecem certas raças, compulsoriamente excluídas do convívio da civilização (LIMA, 2001, p. 37-38).

A correção desta marginalidade histórica só poderia assim advir da forte iniciativa do aparelho de Estado, como documentam as várias cartas redigidas pelos médicos e administradores a Getúlio Vargas (ANDRADE, 2015). Na situação de abandono e isolamento na selva, as ações de saneamento, nutrição e educação cuja responsabilidade era do poder central poderiam auxiliar o caboclo a conduzir-se para perto da nação. Nesse sentido se manifestam, inclusive tendo nos jornais o seu carro chefe de divulgação, intelectuais e políticos como Araújo Lima, Adriano Jorge, Alfredo da Matta, Agnello Bittencourt, Péricles de Moraes e Álvaro Maia. É bom lembrar que as fronteiras entre política e intelectualidade se confundem ativamente neste contexto, no quadro da inserção do intelectual no aparelho de Estado ou mesmo do uso do intelectual pelo Estado.

No terreno da literatura e da crítica literária, João Carlos Carvalho (2001) mapeou o processo de construção discursiva da Amazônia dos textos de Gaspar de Carvajal até Marcio Souza, percebendo a persistência do naturalismo e do cientificismo de Euclides da Cunha nas narrativas do século XX sobre o homem e mulher regionais. Para Carvalho (2001, p.79), a obra vingadora de Euclides, interrompida por conta de sua morte, teria sido indefinidamente retomada e aspirada pelas gerações posteriores, todas ciosas de descobrir o sentido da região em sua relação ora edênica, ora infernal, com a natureza. Nesse quadro estaria situado, por exemplo, Araújo Lima, para quem à terra grandiosa se contrapunha o homem inábil, desgovernado, submetido a pressões às quais não estava pronto para responder.

Os jornais se inserem neste quadro de preocupações. Segundo estimativa de Hosenildo Alves (2009), aqueles que circularam no Amazonas no início dos anos Vargas somam por volta de 25 títulos. Alguns nomes expressivos entre 1930 e 1945 foram *O Jornal do Comércio*, fundado em 1904 e adquirido em 1943 por Assis Chateaubriand; *Tribuna Popular*, vinculado ao Partido Trabalhista Amazonense e posteriormente ao Partido Popular do Amazonas (1933-1936); *A Reação*, jornal da Liga Eleitoral Católica (1930-1944), o *Diário Oficial do Estado do Amazonas*; *O Estado do Amazonas*, pertencente ao Partido Republicano do Amazonas; *O Socialista*, pertencente ao Partido Socialista Amazonense; *Diário da Tarde* (1936-1975); *O Jornal* (1930-1977); *A Tarde* (1937-1962); *O Amazônico* (1929-1930), *O Baptista Amazônico* (1932), *Amazonida* (1942), *Brasil Novo* (1930), *A nação* (1935); *Índio do Brasil* (1934); *A Selva* (1937-8); *Jornal do Povo* (1935 e 1945); *O Trabalhista* (1936); bem como as revistas de *Agronomia* (1937-1941), *Revista Sintonia* (1939-1944) e *Revista Vitória Régia* (1933).

Observa-se um número de jornais mais limitado do que no período áureo da borracha, contudo consistem em iniciativas editoriais programadas, relacionadas a partidos mais bem estruturados, ou mesmo alicerçados em quadros estáveis de assinantes, caso do emblemático *Jornal do Comércio*. No caso dos jornais partidários, percebe-se a formação de periódicos vinculados a siglas que orbitam em torno do trabalhismo em detrimento do ideal positivista e republicano predominante nos anos da República Velha, quando houve a explosão e predomínio dos partidos republicanos.

O tom geral destes jornais, sobretudo depois da proclamação do Estado Novo em 1937, é de arrebatamento, característica predominante dos estados do Norte e Nordeste, onde as oligarquias, mais frágeis, foram mais facilmente cooptadas pelo pacto nacional de Getúlio Vargas. Estes elementos do nacionalismo na região serão verificados na seção seguinte, orbitando em torno do mito fundador de Getúlio Vargas, na união nacional via trabalhador e no resgate do nativismo.

OS COMPONENTES DA NAÇÃO NA IMPRENSA REGIONAL

O brasileiro procurado por Getúlio Vargas (Getúlio Vargas aqui é sinônimo para a *intelligentsia* de 1930-45), é o trabalhador comum, que passa a ser incorporado pelos sindicatos e gradativamente adotado pelo governo. É ele que a nação deve repercutir e em seu trabalho que deve se inspirar. Se entre os jornais regionais da República Velha busca-se predominantemente o homem urbano e cosmopolita, uma espécie de *flaneur* tropical, nos jornais que alicerçam a percepção trabalhista o trabalhador comum, suado e severino, é constantemente colocado em evidência. Como lembra o *Jornal Tribuna Popular*, ao reproduzir o discurso do líder do Partido

Trabalhista do Amazonas Luís Tirelli em Manacapuru, os trabalhadores são a diretriz da nação. Quer dizer,

Artífices, artistas, bacharéis e médicos, jornalistas e escritores, engenheiros e trabalhadores enfim, de profissões outras, nós não somos mais, com diferenças, de uns para os outros na instrução adequada a carreira que escolhemos, meros trabalhadores que pelo dispêndio de nossas energias, no labor cotidiano, procuramos, com honradez, o pão para nosso sustento e o de nossa família. Trabalhistas somos todos quantos, irmanados pelos sofrimentos, nos constituímos a *força motriz e diretriz da Nacionalidade* (*Jornal Tribuna Popular*, 17 de dez. 1934, Apud. PIO JUNIOR, 2009, p. 105, grifos nossos)

Ainda que persista a percepção de uma Amazônia urbana, que deveria se realizar por meio de seu progresso nas cidades, os jornais constantemente lançam olhares e focalizam o trabalhador no campo, o homem corajoso na solidão da floresta, ao contrário da imagem predominantemente elitista dos jornais liberais na República Velha. Nos anos de Estado Novo, entre 1937 e 1945, e com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (1939), a coesão dos jornais em torno da ideologia varguista se tornou bem mais proclamada. O trabalhador, nos anos da Batalha da Borracha entre 1942 e 1945, se transformou no seringueiro bravo, indomável, uma imagem emblemática do homem amazônico. Em texto sobre o seringueiro, a *Revista Sintonia*, em 1943, apresenta ele por meio de características heróicas:

Tu seringueiro da Amazônia, soldado descalço dos mutás cavaleiro glorioso esporeando a barriga alvadia e esgalga das ucuquiranas e balatas, apóstolo do bem e da supremacia, estoico torturado no prazer que tens na dor e no flagício imposto pela imensidade bárbara da selva verdejante, sacerdote da fé, da paz, da vitória e da liberdade, has de ver em cada átomo do teu produto, mais uma vida poupada a um teu irmão. O teu corpo suarento, sob o caustico atordoante dos meio-dias, a porejar gotejante pelo esforço quotidiano a prol do valor nacional, exala o mais inebriante de todos os perfumes. O universo inteiro, os bárbaros, os potentados e humildes, admiram-te neste expoente máximo de angústia mundial e conciso da tua sublimitude apoteótica de altivez, vêm nas tuas mãos calosas, a máquina construtora, o britador constante, a bigorna que *ha-de estruturar um novo rumo e solidificar uma nova civilização* (*Revista Sintonia*, junho de 1943, Apud. ALVES, 2009, p. 189, grifos nossos).

A imprensa deixa transbordar, por um lado, o orgulho patriótico em torno do brasileiro, o trabalhador situado embaixo da pirâmide, enquanto Getúlio Vargas parece sempre aparecer no topo dela como uma espécie de *primeiro trabalhador*. Assim, o líder corporifica, na mesma ideologia que ajudou a construir a nação brasileira

na década de 1820 em torno de D. Pedro I, o príncipe antilusitano, e em 1850 em torno de D. Pedro II, o imperador cidadão, o símbolo maior da brasilidade.

Ao mesmo tempo em que a imprensa estava sob rígido controle do governo, inclusive por meio de subsídios e facilidades que poderiam ser fornecidas pelo regime, Getúlio Vargas se pronunciava nos jornais através de publicações de notas e comunicados oficiais construídos por meio do DIP. Ademais, os próprios homens de imprensa sentiam-se impelidos a exaltar o ditador. Leopoldo Peres, presidente da Associação Amazonense de Imprensa a partir de 1943, caracterizou Getúlio Vargas, em seus textos na *Revista Sintonia*, como um indivíduo dotado de “bondade”, “generosidade” e “magnanimidade”. Se, por um lado, a imprensa se conectou de forma quase unânime à ideologia do trabalhismo, por outro permaneceu fundamentalmente apegada ao autoritarismo e populismo, apresentando Vargas como o incontestado “moderno descobridor”.

Logo após a vinda de Vargas e seu discurso às margens do Rio Amazonas em 10 de outubro de 1940, a imprensa local tematizou ativamente a visita. Esta visita iria repercutir e impregnar a memória histórica regional, através da constante retomada da imagem sempre presente do *salvador*. O *Jornal do Comércio* apresenta da seguinte forma Getúlio Vargas, o líder do *movimento renovador*, que por meio do Estado Novo, proclamado em

10 de Novembro de 1937 veio lhe assegurar (a Amazônia) as intenções nacionais para torná-la um espaço útil, onde gerações vigorosas pelo saneamento do vale (...), seguramente provarão a excelência da terra e a capacidade do homem. O grande presidente o Sr. Dr. Getúlio Vargas, a quem a Amazônia vai dever a sua legítima integração ao Brasil, foi assim, o estadista providencial que soube ver, que compreendeu a grandeza do vale, que sentiu a gravidade de seu abandono e bem mediu a significação do plano, com que a genialidade de sua visão soube propor a grande equação do extremo-norte (...) O discurso do rio Amazonas, comemorado hoje como uma voz de comando para a execução de uma campanha que não sacrifica vidas nem esconde propósitos inconfessáveis, acobertados por falso democratismo, é como a página inicial do quarto ciclo de evolução da Amazônia, ciclo, porém, que há de ser uma conquista e um triunfo, ciclo que abrirá à Amazônia o destino maravilhoso que Deus lhe assegurou (*Jornal do Comercio*, 10 de outubro de 1941, Apud. ALVES, 2009, p. 162, grifos nossos).

A imagem da moderna descoberta da Amazônia se desloca da navegação internacional, no discurso que permeou os jornais e falas de políticos amazônicos entre 1860 e 1920, para a presença do Estado com seu potencial *saneador*. Não era mais o comércio cosmopolita, no interior do ideário liberal, aquele que poderia libertar a

Amazônia e o Condição Econômica, diálogo e os meios comunicacionais

Amazônia da sua situação de atraso econômico. A partir do cada vez mais estabelecido desenvolvimentismo, passou a caber ao Estado o papel de guiar e potencializar as atividades econômicas regionais. E Getúlio Vargas aparecia sempre como o competente *gubernaculum* ao qual a nação deveria se deixar levar na forma mesmo de uma *ditadura*. Trata-se, para retomar um elemento da mitologia política abordado por Raoul Girardet (1987), da confiança incondicional no *salvador*, capaz de *unificar* um corpo fragmentado de indivíduos e conduzi-lo para uma *Idade de Ouro*. Até aqui, entre os elementos da mitologia política arrolados por Girardet, só falta a *conspiração*, que se apresenta na forma de um controverso comunista ou de oligarquias corruptas.

No seguinte fragmento de o *Jornal*, percebe-se a crença no unitarismo, ao mesmo tempo em que aparecem elementos da composição do imaginário nacional que se podem chamar de modernos, como a fraternidade atemporal, anônima e especialmente ampla dos homens nacionais. Segundo o *Jornal*,

A fraternidade nacional, enfraquecida pelas competições subalternas de uma política facciosa e de um bairrismo estreito. A nação destruiu as suas fronteiras internas, conservando apenas limites administrativos. A consciência da Pátria tornou-se una indivisível. Como um vexilo, a bandeira da Democracia, cujo o programa suntuoso se reflete na Constituição de Dez de Novembro, inspiradas nas tradições e na realidade brasileiras, estende-se pelo espaço imenso do país, evidenciado que a nossa condição de povo livre permanece intangível (O *Jornal*, 7 de setembro de 1943, p. 142).

Vai se consolidando, a partir destes elementos, uma narrativa própria, singular, que envolve o espaço amazônico e o homem amazônico em sua crescente e necessária conexão com a nação. Basicamente, se trata de perceber porque o homem amazônico merece um espaço no panteão nacional, pela via de sua luta e de seu trabalho. Aparece, então, o nativismo como forma de autoafirmação e conservação das culturas regionais e de seu histórico particular de luta junto à terra. Um destes exemplos é o movimento pela emancipação do Acre, como transparece em fala de Assis Chateaubriand no *Jornal do Comércio*:

Quem já ouviu falar em rebelião amazônica, se não de uma, e de uma só, que se ergueu no Acre, justamente de amazonenses que se matavam para continuarem brasileiros, tomados de um fervor religioso e sentimental do Brasil, como os mais exaltados patriotas do Rio e São Paulo (*Jornal do Comercio*, 4 de julho de 1943. Apud ALVES, 2009, p. 167).

Tais qualidades e luta particular qualificariam, por fim, o homem amazônico a pertencer e ingressar com suas próprias características na composição da nação. Esta participação e integração, ilustra-o o *Jornal do Comércio*, em 1940:

O Amazonas, parte integrante desse mundo singular, diferente, que é, na *unidade nacional*, a Amazônia, reclama, Snr. Presidente Getúlio Vargas, de V. Exa., do Estado Novo, atenções especiais para que possa ser uma realidade positiva no conjunto humano, econômico e político do Brasil. Temos sidos acusados de incapazes. Desajustados, mal alimentados sem assistência técnica, sem credito bancário, somos, até agora, uma parcela mínima de forças que não receberam senão a disciplina de uma luta titânica com a natureza mais violenta do universo. (...) Jamais conspiramos contra a integridade da pátria. Jamais investimos ou reclamamos contra as aspirações da nacionalidade. Conquistamos o Acre para o Brasil.(...) Estamos fartos de ser apenas o motivo exótico para uma literatura apressada, falsa e prejudicial. Faltam-nos braços sadios. Faltam-nos escolas, hospitais, capital para movimentar a maquina econômica. Só não nos faltou ainda a coragem para continuar na justa, que é a aventura do desbravamento de um novo oeste. (...) O Amazonas, ao receber a visita do chefe da nação, tem a certeza de que V. Exa. saberá integrá-lo em definitivo na comunhão nacional, com a visão genial por que tanto ansiamos, assistindo-lhes aos problemas, vitalizando-o, conquistando-o definitivamente para os grandes dias do Brasil (*Jornal do Comercio*, 10 de outubro de 1940. Apud. ALVES, 2009, p. 160, grifos nossos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo começou a identificar as tensões entre a nação e a região no discurso dos jornais amazônicos ou mesmo na tradição literária amazônica. A invenção da Amazônia foi urdida diariamente pela tradição jornalística e permitiu a composição de uma identidade histórica e cultural no amplo espaço amazônico. Cabe-se perguntar, evidentemente, até que ponto a narrativa da Amazônia aqui descrita diz respeito, efetivamente, ao amazônico? As obras de Magali Franco Bueno (2002) e mesmo de Charles Wagley (1979) sugerem que, no homem amazônico propriamente dito, se escamoteia muito o sentido do regional. Quer dizer, tratar-se-ia de uma invenção cingida ao espaço urbano, um discurso independente da realidade da maior parte da população.

A construção da Amazônia, ou de uma percepção sobre o imenso espaço amazônico, foi ao longo dos séculos XVI a XIX determinada pelos sucessivos discursos de viajantes europeus que percorreram a região em busca de riquezas ou então via interesses etnográficos. Os discursos jornalísticos situados na virada do século XIX para o século XX possuem uma indelével linha de continuidade com o discurso naturalista sobre a Amazônia e buscam afastar de si mesmos o estigma relacionado ao atraso e à

“barbárie indígena”. Nesse sentido, os jornais, em sua grande maioria, se intitularam apóstolos da civilização em meio ao sertão e buscaram construir na Amazônia uma imagem da qual está excluído o índio, o caboclo ou o retirante. Enfatizam-se, sim, as conquistas urbanas, o desenvolvimento das cidades e os avanços civilizatórios em contraposição ao “imenso vazio”. O discurso republicano e civilizatório, recheado de forte inclinação liberal, muda com o avanço do regime varguista na década de 1930, quando a natureza e o caboclo foram restituídos à paisagem regional e os jornais passaram a buscar elementos de orgulho na terra e gente locais, na esteira de uma ideia de nacionalismo e valorização econômica das especificidades brasileiras. Esta mudança demarca a intenção dos jornais amazônicos em participar do grande circuito nacional promovido pelas diversas iniciativas de Getúlio Vargas. A paisagem regional se torna um componente intrínseco da valorização nacional promovida pelos ideólogos do regime, em processo de franca substituição, inclusive no discurso dos jornais, do liberalismo e cosmopolitismo pelo desenvolvimentismo e nacionalismo. A expansão dos jornais trabalhistas e de educação para o trabalho ajudam a demonstrar esta inscrição do regional na narrativa nacional. Os jornais, cujo estudo aqui se deu exclusivamente por via bibliográfica, se apresentam, portanto, como um indicador sensível das diferentes formas de imaginar a nação e a identidade regional, permitindo também pensar de maneira mais ampla o alcance do nacionalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, H. G. **Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945)**. (Dissertação) Mestrado em História Social – Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2009.
- ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, R. P. Contribuições para um debate: a antropologia do desenvolvimento e a valorização econômica da Amazônia (1951-1955). **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 10, p. 1-72, 2015.
- BUENO, M. F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio do discurso de viajantes, do Estado, dos livros didáticos**. Dissertação apresentada ao programa de História da USP, 2002.
- CARVALHO, J. C. de. **A Amazônia revisitada: de Carvajal a Márcio Souza**. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2001.
- COELHO, G. M. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**. A Imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Cejup, 1993.
- CUNHA, E. da. **À margem da história**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- DAOU, A. M. **A belle époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **A cidade, o teatro e o 'Paiz das seringueiras'**. Rio de Janeiro: Rio's Books, 2014.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GADAMER, H-G. **O Problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KOSELLECK, R. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

LIMA, A. **Amazônia a terra e o homem**. 5.ed. Manaus: Edições do Governo do Amazonas, 2001.

PINHEIRO, M. L. U. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)**. Manaus: EDUA, 2015.

PIO JUNIOR, A. O. **O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de "orientação das hostes trabalhistas"**. Dissertação apresentada à UFAM, 2015.

RANGEL, A. **Inferno Verde**. Cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Valer, 2008.

RIBEIRO, L. M. **Imprensa e espaço público. A institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

RIBEIRO, O. **Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins**. Manaus, UFAM, 2012.

SARGES, M. de N. **Belém**. Riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912). Belém: Paka-tatu, 2012.

SEIXAS, N. S. dos A. **Panorama da imprensa em Belém: os jornais de 1822 a 1860**. In: MALCHER, Maria Ataíde; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; LIMA, Regina Lúcia Alves de; AMARAL FILHO, Otacílio (Orgs.). **Comunicação midiaticizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP. 2011, P. 225-248.

VELLOSO, M. "Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia Política**, 1997. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39298>

WAGLEY, C. **Uma Comunidade Amazônica**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.